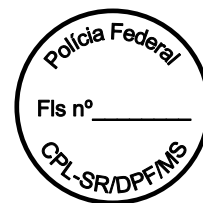




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



**EDITAL DE
PREGÃO PRESENCIAL nº 13/2011
08335.018804/2011-56**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência objetiva regular a Contratação Centro de Formação de Condutores para promoção de **Processo de Mudança de categoria de Carteiras Nacional de habilitação, para categorias “D”, e “E”**, para servidores do Departamento de Polícia Federal, lotados na Delegacia de Polícia Federal em Corumbá-MS.

2. FUNDAMENTO LEGAL

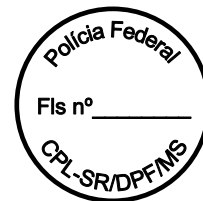
2.1. O processo licitatório será regido pelas disposições dos decretos nº 6204, de 5 de setembro de 2007, nº 3.555/2000 de 08 de agosto de 2000, do decreto Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da lei complementar nº.123, de 14 de dezembro de 2006, subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores, Instrução Normativa MARE nº 05, de 21/07/95 e alterações, conforme MARE nº 01 de 17/05/01, bem como de outros regulamentos, posturas e quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, aplicáveis ao serviço contratado, subordinado às condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

3. DOS ITENS E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

			VALORES DE REFERÊNCIA	
ITEM	DESCRIÇÃO - SERVIÇO	Quant.	Unitário	Total
1	Processo de Mudança de categoria de Carteiras Nacional de habilitação, para categoria “D”, incluindo: <ul style="list-style-type: none">15 aulas práticas com micro-ônibus (duração de 50 minutos cada aula)01 Exame médico01 Exame psicológico01 Exame práticoTodo material didático e de consumoTaxas do Detran/MS	05	R\$	R\$
ITEM 2	Processo de Mudança de categoria de Carteiras Nacional de habilitação para categoria “E”, incluindo: <ul style="list-style-type: none">15 aulas práticas com micro-ônibus (duração de 50 minutos cada aula)	01	R\$	R\$



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



	<ul style="list-style-type: none">• 01 Exame médico• 01 Exame psicológico• 01 Exame prático• Todo material didático e de consumo• Taxas do Detran/MS			
--	--	--	--	--

3.1. A Contratada deverá executar o serviço que lhe forem confiados dentro das melhores normas técnicas, fornecendo todos os equipamentos necessários à perfeita execução contratual, conforme este Termo de referência.

3.2. Os exames e aulas deverão ser realizados na cidade de Corumbá/MS.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. A contratação se justifica pela necessidade da DPF/CRA/MS de dispor de servidores policiais com aptidão na condução de veículos de grande porte, que possam ser acionados nas diversas operações desenvolvidas no cumprimento de sua missão institucional.

05. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações deste Termo de referência ;

5.2. Fornecer, sem qualquer ônus adicional para a DPF/CRA/MS, todos os materiais didáticos e de consumo para a completa realização dos serviços.

5.3. A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se não cumprir todas as especificações exigidas no Edital e termo de Referência.

5.4. Manter durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na licitação.

5.5. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

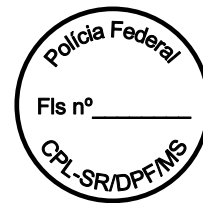
6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Solicitar a execução de serviços através de formulário próprio, expedido pelo Fiscal do Contrato;

6.2. Exercer a fiscalização dos serviços executados por meio de servidor designado pela DPF/CRA/MS, que deverá anotar as ocorrências dos serviços realizados, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou falhas observadas;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



- 6.3.** Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- 6.4.** Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 6.5.** Rejeitar no todo ou em parte os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
- 6.6.** Aplicar as sanções administrativas que se fizerem necessárias.
- 6.7.** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo.
- 6.8.** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

7. VALORES DE REFERÊNCIA

7.1. Os valores máximos admitidos pela administração serão de R\$ 5.650,00 (cinco Mil e seiscentos reais) referente às cinco(05) inclusões na categoria “D” e R\$ R\$ 1.830,00 (Hum mil Oitocentos e trinta) referente à uma(01) inclusão na categoria “E”.

8. DO CONTRATO

- 8.1.** A SR/DPF/MS convocará a licitante vencedora para assinar o Contrato, no prazo máximo de cinco (05) dias úteis, contados a partir do envio da Nota de Empenho.
- 8.2.** O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração; a omissão da licitante vencedora caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, com aplicação de sanções e penalidades cabíveis.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Conforme o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a administração, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º, da sobredita Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

CLAUDIA MARIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA
Pregoeira